

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 219/XII/1ª

### **“RECOMENDA AO GOVERNO QUE SUSPENDA COM EFEITOS IMEDIATOS O ENCERRAMENTO/DESMANTELAMENTO DOS CENTROS DE NOVAS OPORTUNIDADES E REFORCE O PROGRAMA NOVAS OPORTUNIDADES”**

A aposta nas qualificações e no reconhecimento e validação de competências dos cidadãos em geral e, dos trabalhadores, em particular, constitui, a par dos incentivos à economia, um fator determinante para a promoção do crescimento económico, para a criação de emprego sustentável e de qualidade e para o aumento dos níveis de empregabilidade. Hoje, mais do que nunca, temos a consciência de que uma sociedade que não investe nas qualificações e nas competências dos seus cidadãos é uma sociedade condenada ao insucesso, uma sociedade de costas viradas para o progresso e o crescimento.

Portugal, como todos reconhecem e encontra-se bem evidenciado nos indicadores publicados por diversas organizações internacionais, apresenta, ainda, um significativo atraso relativamente aos países mais desenvolvidos, nomeadamente da União Europeia, e que resulta, em grande medida, do insuficiente nível de qualificação da população portuguesa. Neste contexto, a batalha das qualificações interpreta uma questão essencial que temos de saber enfrentar e de vencer enquanto país e que deve ser avocada como uma prioridade política essencial para o nosso futuro coletivo.

Foi por isso que o Partido Socialista, sempre que foi Governo, colocou a promoção das qualificações e do conhecimento no centro da agenda política e deu um forte contributo para o aumento dos níveis de empregabilidade dos portugueses, nomeadamente através de medidas de valorização e de reconhecimento e validação das suas qualificações e competências, de que se destaca, pela abrangência e impacto, a Iniciativa Novas Oportunidades.

A iniciativa Novas Oportunidades, criada em 2005, estrutura-se em dois eixos fundamentais: (i) tornar o ensino profissionalizante de nível secundário, uma verdadeira e real opção, dando novas oportunidades aos jovens; (ii) e elevar a formação de base dos ativos, dando a todos

aqueles que entraram na vida ativa com baixos níveis de escolaridade, uma oportunidade para poderem recuperar, completar e progredir nos seus estudos.

Estes dois eixos de intervenção - um centrado em ofertas de vias profissionalizantes de qualificação para jovens e outro orientado para a população adulta que não concluiu o ensino secundário- assumem-se como pilares centrais na política de alargamento da escolaridade obrigatória e de recuperação do défice de qualificações.

Trata-se, pois, de uma iniciativa que veio permitir a diversificação ao nível das ofertas educativas e formativas possibilitando a centenas de milhares de jovens e adultos não só o reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas em contextos de aprendizagem não formal mas, também, o retorno aos sistemas de educação e de formação e o prosseguimento dos estudos numa verdadeira lógica de aprendizagem contínua ao longo da vida.

Esta importante iniciativa, assente na melhoria das qualificações, rompeu com o tradicional conceito de escola, representou uma viragem na formação dos adultos e contribuiu para um significativo aumento da escolarização da população portuguesa, tendo permitido, entre 2006 e 2010, uma nova via de desenvolvimento pessoal e muitas vezes profissional ao mais de meio milhão de portugueses certificados.

O aumento gradual do número de portugueses inscritos no Programa Novas Oportunidades desde a sua criação cujo balanço aponta para mais de um milhão de portugueses é o exemplo claro do compromisso assumido com as qualificações, um compromisso que contribuiu para que Portugal recuperasse do atraso estrutural que apresentava neste domínio.

O impacto positivo alcançado através desta iniciativa na estrutura de qualificações dos portugueses, reconhecido nacional e, inclusive, internacionalmente, nomeadamente pela Comissão Europeia que a considerou como uma rede modelo só comparável às redes da Finlândia, Noruega, França e Holanda, aliado à necessidade de Portugal continuar a apostar na melhoria das qualificações de modo a aproximar-se da média europeia, aconselha à manutenção e até reforço desta iniciativa, sem prejuízo de eventuais melhorias tendentes ao seu aperfeiçoamento.

Lamentavelmente, esta não é a posição do atual Governo de maioria PSD/CDS-PP que está determinado em acabar com o Programa Novas Oportunidades, ainda que isso signifique a perda de oportunidades de valorização para os portugueses e o desinvestimento num domínio fundamental para a competitividade da nossa economia.

Paradoxalmente, depois de ter determinado a realização de uma avaliação externa ao Programa Novas Oportunidades e sem que a mesma tenha sido apresentada até ao momento, o Governo tem vindo a promover de forma progressiva ao encerramento/desmantelamento da rede dos Centros de Novas Oportunidades, sem qualquer justificação ou fundamentação, lançando muitos trabalhadores no desemprego, sobretudo no atual momento de enormes dificuldades que o país atravessa, muitos dos quais sem acesso a quaisquer mecanismos de proteção social, e penalizando os muitos milhares de adultos em processo de formação, demonstrando com tal comportamento uma total ausência de sensibilidade social e um manifesto desrespeito pelo esforço dos portugueses que viram na adesão ao Programa uma oportunidade para recuperar, completar e progredir nos seus estudos.

Primeiro foi a extinção dos três Centros de Novas Oportunidades a funcionarem nas Escolas de Hotelaria e Turismo de Coimbra, Lisboa e Faro. Seguiu-se o desmantelamento dos Centros de Novas Oportunidades afetos ao Instituto de Emprego e Formação Profissional. E agora sabe-se que mais de metade dos Centros de Novas Oportunidades foram informados via e-mail que têm de encerrar a sua atividade até ao próximo dia 14 de Fevereiro, o que evidencia um total desprezo não apenas pelos portugueses em processo de certificação de competências, pelos trabalhadores desses centros mas, também, pelas organizações e instituições que, de boa fé e complementando o papel do Estado, instalaram os Centros de Novas Oportunidades.

Recentemente, com o objetivo de fazer um balanço sobre o Programa Novas Oportunidades, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista promoveu, em todo o país, visitas aos Centros de Novas Oportunidades durante as quais contactou com responsáveis, trabalhadores e cidadãos inscritos no Programa Novas Oportunidades e pôde, uma vez mais, constatar a importância e o papel que o mesmo desempenha no quadro da melhoria das qualificações dos portugueses e da promoção da competitividade da nossa economia.

O encerramento dos Centros de Novas Oportunidades afigura-se, neste contexto, completamente injustificado e constitui um erro, já que para além de penalizar os cidadãos, os trabalhadores e as entidades envolvidas, indicia uma preocupante desistência do Governo relativamente a uma aposta fundamental para o futuro de Portugal e dos portugueses.

O Governo continua a insistir na austeridade pela austeridade associada a uma gritante insensibilidade social. O Governo já tinha retirado da sua agenda o crescimento económico e a criação de emprego e, agora, pretende eliminar um programa considerado nacional internacionalmente fulcral para a competitividade do país e uma oportunidade para os portugueses que não tiveram possibilidades de concluir os seus estudos.

Este não é, no entendimento do Partido Socialista, o caminho que Portugal deve fazer e, por isso, se apresenta o presente projeto de resolução que recomenda ao Governo a suspensão imediata do encerramento dos Centros de Novas Oportunidades e o reforço da Iniciativa Novas Oportunidades.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Partido Socialista apresentam o seguinte Projeto de Resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos do nº5 do artigo 166º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo:

- 1 A suspensão imediata do processo de encerramento/desmantelamento dos Centros de Novas Oportunidades;**
- 2 A ponderação sobre a reativação dos Centros de Novas Oportunidades já encerrados;**

- 3 O reforço do Programa Novas Oportunidades, sem prejuízo das alterações que se mostrem necessárias à sua melhoria e aperfeiçoamento, nomeadamente no plano da sua avaliação;
  
- 4 A inclusão da promoção da qualificação dos portugueses na agenda política do Governo.

Os Deputados,

Odete João

Carlos Zorrinho

Acácio Pinto

Rui Santos

Rui Duarte

Pedro Delgado Alves

Gabriela Canavilhas

Carlos Enes

Miguel Freitas

Nuno Sá

Jorge Fão

Paulo Campos

Idália Serrão

Luis Pita Ameixa

Rosa Albernaz

Miguel Coelho

António Braga

Elza Pais

Miguel Laranjeiro

Helena André